

Volume 41
Número 1
Ano 2026
Id e56366

Artigo Original

DOI: 10.1590/s0102-6992-20264101e56366

Desvendando os Suicídios Entre Profissionais de Segurança Pública: um olhar sobre fatores operacionais e organizacionais

Fernanda Novaes Cruz

Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência, São Paulo, SP, Brasil.

email: fernandanovaescruz@gmail.com
orcid: 0000-0002-2874-5827

Dayse Assunção Miranda

Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

email: dayse.mira@gmail.com
orcid: 0000-0002-9412-9125

Doriam Luís Borges de Melo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

email: doriamb@gmail.com
orcid: 0000-0003-2109-6534

Pedro Luiz Ferro

Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Saúde Coletiva, Vitória, ES, Brasil.

email: pedro.ferro@sesp.es.gov.br
orcid: 0000-0002-8773-3084

Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.



Recebido em: 05/12/2024
Aprovado em: 11/02/2026

Editoria: Eduardo Dimitrov

Desvendando os Suicídios Entre Profissionais de Segurança Pública: um olhar sobre fatores operacionais e organizacionais

Fernanda Novaes Cruz, Dayse Assunção Miranda, Dorian Luís Borges de Melo, Pedro Luiz Ferro

Resumo: Este artigo analisa 18 autópsias psicossociais de 14 casos de suicídio de profissionais de segurança pública do estado do Espírito Santo, ocorridos entre 2010 e 2019. Partindo da compreensão de que o suicídio é um fenômeno multifatorial, a pesquisa buscou investigar como fatores organizacionais e operacionais interagem com fatores individuais e sociais, contribuindo para o adoecimento mental e para a ocorrência dos suicídios. Entre as especificidades locais, encontramos os efeitos da greve envolvendo policiais militares em 2017, cujas consequências ainda repercutem no cotidiano da instituição. Os resultados acrescentam ao debate sobre o suicídio policial a importância da Justiça nos procedimentos internos das instituições policiais, não apenas como forma de aprimorar o serviço ofertado para a população, mas também como estratégia de promoção da saúde mental dos próprios policiais.

Palavras-chave: suicídio policial; estressores operacionais; estressores organizacionais; autópsia psicossocial; segurança pública.

Abstract: This article analyzes 18 psychosocial autopsies related to 14 cases of suicide among public security professionals in the state of Espírito Santo, Brazil, between 2010 and 2019. Based on the understanding of suicide as a multifactorial phenomenon, the study sought to examine how organizational and operational factors interact with individual and social factors, contributing to mental health deterioration and to the occurrence of suicide. Among the local contextual factors, the impacts of the 2017 military police strike are highlighted, as its consequences continue to reverberate in the institution's daily operations. The findings contribute to the discussion on police suicide by underscoring the importance of procedural justice within police institutions, not only as a means of improving the quality of services provided to the public, but also as a strategy for promoting police officers' mental health.

Keywords: police suicide; operational stressors; organizational stressors; psychological autopsy; public security.

Introdução

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que o suicídio é um grave problema de saúde pública. Estima-se que, anualmente, mais de 700 mil pessoas morram por suicídio em todo o mundo, figurando entre as dez principais causas de morte na população global em todas as faixas etárias e ocupando a segunda posição entre as causas mais frequentes de óbito na faixa etária de 19 a 25 anos (WHO, 2014). Soares (2007) ressalta que, em diversos países, a taxa de suicídios entre homens é mais alta. No Brasil, a taxa oficial de mortalidade por suicídio é estimada em 5,8 por 100 mil habitantes na população geral, sendo aproximadamente 7,3 por 100 mil entre homens e 1,9 por 100 mil entre mulheres, segundo dados referentes ao ano de 2012 (WHO, 2014). Analisando os dados de suicídio na população brasileira durante 20 anos, Barros *et al.* (2004) verificaram um aumento de 32,8% na taxa masculina, com crescimento em todos os grupos etários.

O suicídio foi um dos temas trabalhados por Émile Durkheim, considerado um dos fundadores da Sociologia. No contexto da gênese da disciplina, o autor buscou oferecer uma interpretação sociológica para um fenômeno que, até então, era predominantemente explicado a partir de fatores individuais (Durkheim, 2019). Em síntese, sua análise enfatiza a importância da regulação e da integração social na compreensão do suicídio. Durkheim elaborou uma tipologia composta por quatro tipos de suicídio, que variam conforme

os níveis de integração e regulação social — elevados, no caso dos suicídios altruístas e fatalistas, e reduzidos, nos casos dos anômicos e dos egoístas (Wray *et al.*, 2011).

Nas décadas seguintes, outros estudos também avançaram no sentido de promover explicações sociológicas para o suicídio.¹ A partir dos anos 1980, os estudos passaram a convergir na explicação de que o suicídio é resultado de uma complexa combinação entre fatores genéticos, comportamentais, ambientais, sociais e culturais (Goldsmith, 2002).

Apesar da relevância do estudo de Durkheim para a Sociologia, Wray, Cohen e Pescolido (2011) observaram que, no mundo contemporâneo, o tema tem despertado menos atenção dos sociólogos, em comparação com outras disciplinas, como a Psicologia, a Psiquiatria e a Saúde Coletiva. Constatação semelhante também foi encontrada em estudo brasileiro que identificou apenas um artigo sobre o suicídio publicado em periódicos da área da Sociologia no país (Queiroz, 2021).

O baixo interesse no estudo do suicídio pode estar associado às dificuldades de acesso a informações confiáveis ou completas e, no caso brasileiro, aos relativamente baixos índices dessas mortes (Minayo, 1998).

Entre as diferentes profissões, os profissionais de segurança pública são um grupo apontado na literatura como de alto risco de suicídio, sobretudo em razão do fácil acesso aos meios letais (Milner *et al.*, 2013). Essa constatação tem gerado um progressivo interesse em compreender esses casos a partir de uma perspectiva que considere aspectos sociológicos. Estudos já realizados apontam que elementos como a exposição ao risco, o estímulo formal e informal ao senso de herói, o esgotamento devido às jornadas de trabalho extenuantes, o isolamento social e o estímulo a uma masculinidade exacerbada também podem contribuir para explicar esse fenômeno (Violanti, 1997).

Assim como para o suicídio na população em geral, no âmbito das instituições de segurança pública esse debate ainda é permeado por dificuldades no acesso a dados confiáveis e carência de informações aprofundadas sobre os casos (Schwetizer Dixon, 2021). No Brasil, soma-se a esse quadro a dificuldade de acesso às instituições policiais para a realização de pesquisas (Muniz *et al.*, 2018).

Os estressores relacionados ao trabalho policial se diferenciam entre operacionais e organizacionais (Shane, 2010). Os estressores operacionais contemplam exposição ao risco e à violência, risco de vitimização e a necessidade de lidar com sofrimento e dor diariamente. Embora a exposição a essas situações seja inerente à profissão, o trabalho policial também abrange múltiplas tarefas não necessariamente envolvidas com enfrentamento (Bayley, 2017). Nesse sentido, eles contemplam situações que podem acontecer na profissão, mas que não necessariamente ocorrem frequentemente e/ou com todos os policiais (Shane, 2010).

Os estressores organizacionais são os incômodos do ambiente de trabalho que permeiam as organizações policiais devido à estrutura, aos arranjos e à vida social dentro da organização. Portanto, esses aspectos recaem sobre a maior parte dos policiais, independentemente do tipo de serviço que desempenham (Shane, 2010). Entre eles estão a estrutura autoritária, a falta de participação dos envolvidos no processo de tomada de decisão, a falta de apoio administrativo, a filosofia dessas instituições — centrada na punição — e a presença de práticas disciplinares consideradas injustas (Violanti, 1997).

A relação entre o adoecimento mental e o trabalho já foi analisada em uma série de estudos sobre as instituições policiais brasileiras (Constantino *et al.*, 2008; Minayo e Souza, 2003). (Minayo e Souza, 2003), em pesquisa sobre as condições de trabalho, de saúde e a qualidade de vida de policiais civis da cidade do Rio de Janeiro, verificaram que 3,4% dos policiais informaram ter tido ideia de acabar com a própria vida e 0,4% efetivamente tentaram o suicídio nos 12 meses que antecederam a pesquisa; um grupo de

1: Para uma síntese desses estudos, ver Wray *et al.* (2011).

participantes da pesquisa verbalizou o cotidiano “tenso” de enfrentamento da violência e a sensação constante de risco.

Sobre o suicídio policial, a pesquisa realizada no âmbito da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi precursora no país em congregar métodos e técnicas quantitativas e qualitativas para explorar o tema (Miranda, 2016). A partir da análise de um questionário e entrevistas com policiais militares que pensaram em ou tentaram suicídio nos 12 meses anteriores à coleta, e em comparação com um grupo de controle, a pesquisa apontou a presença de uma série de fatores sociodemográficos, institucionais, organizacionais, relacionais e individuais que aumentava o risco para o comportamento suicida. Entre os fatores de risco diretamente relacionados ao trabalho estariam: a vivência de agressões verbais e físicas perpetuadas por pessoas do convívio direto, insatisfação profissional, transferências de unidades sem aviso prévio, baixa confiança interpessoal nos colegas de trabalho, perda de colegas de profissão por morte violenta, dificuldades financeiras e problemas decorrentes de processos judiciais (Miranda, 2016).

Aspectos organizacionais e operacionais são relevantes para compreender o suicídio de profissionais de segurança pública brasileiros. O país apresenta altos índices de letalidade policial e de vitimização policial, o que sugere níveis elevados de exposição à violência e situações de risco. Em 2024, o número de policiais civis e militares mortos por suicídio (126) foi maior que o número de agentes mortos em confronto durante o serviço (46) e se aproximou do número de mortes violentas de policiais na folga e em serviço (169) (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025). Para além da exposição ao risco e do constante receio de vitimização, esses dados indicam que o convívio com a perda de colegas de trabalho por mortes violentas é um aspecto relativamente comum na vida dos profissionais de segurança pública do país (Miranda *et al.*, 2016).

No que tange aos aspectos organizacionais, o sucateamento de algumas instituições policiais, a existência de relações hierárquicas marcadas por pouco diálogo entre superiores e subordinados, a ausência de espaço de escuta para os subordinados, a ausência de critérios claros para processos de tomada de decisão, tais como a concessão de promoções, folgas, férias e punições, têm sido reclamações frequentes entre os profissionais de segurança pública. Ao mesmo tempo, Van Craen (2016) demonstrou como a aplicação de princípios justos e participativos no interior das instituições policiais contribui para melhorar as relações organizacionais. Em contrapartida, a percepção de que os procedimentos internos não respeitam esses princípios pode gerar frustrações, raiva e insatisfação profissional, com reflexo na vida pessoal desses agentes, e no tratamento que eles oferecerão à sociedade (Van Craen, 2016).

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada com familiares e amigos de vítimas de suicídio oriundas da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo. De acordo com dados da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo (Sesp), entre 2013 e 2021, 26 profissionais de segurança pública morreram por suicídio no estado: 20 policiais militares, 3 policiais civis e 3 bombeiros militares. Um desses casos tratou-se de um homicídio seguido de suicídio, em que a policial tirou a vida do namorado antes de tirar a própria vida. A taxa média de suicídios entre policiais militares, civis e bombeiros no Espírito Santo, de 22,2 mortes por 100 mil profissionais entre 2013 e 2022², é considerada alta³. Esta taxa está muito próxima à taxa do país de 0,2 suicídios para cada mil policiais civis e militares da ativa (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

2: A título de comparação, em 2020 a taxa nacional de suicídio no País entre a população em geral foi de 7,5 por 100 mil habitantes, enquanto no Espírito Santo foi de 6,1 por 100 mil (Ministério da Saúde, 2024). É importante destacar que a taxa de suicídio entre os profissionais de segurança pública e defesa social deveria ser calculada por mil profissionais da ativa. No entanto, para efeitos de comparação com os indicadores da população geral, mantivemos o cálculo por 100 mil, embora reconheçamos os desafios de variabilidade e as flutuações significativas em grupos menores.

3: A mortalidade por suicídio é considerada baixa quando os coeficientes são inferiores a 5 por 100 mil habitantes; média, entre 5 e 15; alta, entre 15 e 30; e muito alta, acima de 30, categoria observada em alguns países da Ásia e Europa (Diekstra e Gulbinat, 1993). Nesse contexto, as taxas do Espírito Santo são classificadas como médias em comparação globalmente.

Nossa hipótese é a de que as questões organizacionais, representadas pela percepção de justiça ou injustiça nos procedimentos internos e as operacionais, relacionadas à percepção de risco constante e às experiências de vitimização direta ou indireta (letal ou não letal), são percebidas pelos entrevistados como fatores que influenciaram os processos de adoecimento que culminaram no suicídio das vítimas. Não se trata de mensurar pesos causais, mas de identificar dinâmicas institucionais e ocupacionais presentes nas narrativas de colegas e familiares das vítimas.

Metodologia

Este artigo é resultado de uma pesquisa que buscou gerar subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas ou ações institucionais para a prevenção do suicídio de profissionais de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo, realizada entre 2021 e 2022. O artigo analisa 18 autópsias psicossociais de 14 casos de suicídio entre agentes de segurança pública, ocorridos entre 2010 e 2021.

As autópsias psicossociais foram realizadas com três grupos de entrevistados que tinham vínculo com vítimas de suicídio: (i) colegas dos cursos de formação que mantiveram amizade próxima com a vítima até o falecimento; (ii) colegas que trabalharam com a vítima em seu último local de atuação; e (iii) familiares. A seleção de colegas de trabalho buscou contemplar pessoas que tinham algum grau de proximidade com as vítimas, considerando que esse elemento é relevante para a construção da autópsia psicossocial (Minayo *et al.*, 2012). Vale destacar que técnica semelhante foi adotada em pesquisa com familiares de policiais militares do estado do Rio de Janeiro (Cruz *et al.*, 2022). A presente pesquisa foi realizada pouco mais de dez anos após a primeira pesquisa sobre o suicídio policial realizada na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro; portanto, representou uma oportunidade de revisitar alguns dos temas apontados pela pesquisa anterior, em um local diferente e ampliando o escopo das instituições estudadas⁴.

A técnica de autópsia psicossocial é inspirada no método proposto por Edwin Schneidman nos anos 1950 (Minayo *et al.*, 2012). Embora originalmente utilizada para auxiliar médicos legistas a esclarecer a natureza de uma morte tida como indeterminada e que poderia estar associada a uma causa natural, acidental, suicídio ou homicídio, a autópsia psicossocial vem sendo empregada em estudos qualitativos que investigam o suicídio a partir das dimensões biológicas, psiquiátricas, históricas e sociológicas (Teixeira, 2018).

O objetivo da análise não foi mensurar fatores de risco ou estabelecer relações causais entre as variáveis, mas compreender, em perspectiva qualitativa, como fatores organizacionais e operacionais do trabalho policial aparecem nas narrativas de pessoas próximas às vítimas e se articulam a outros elementos de ordem individual e social. Assim, a reconstrução narrativa não constitui um fim em si, mas um recurso metodológico para explorar dimensões institucionais e ocupacionais presentes nos casos estudados.

Os contatos iniciais e o agendamento das entrevistas foram realizados com o apoio da equipe técnica da Sesp. As entrevistas foram realizadas no mês de agosto de 2022, em espaços institucionais ou nas residências dos familiares das vítimas, dependendo do desejo do entrevistado. Foram realizadas 18 entrevistas, sendo 7 com familiares e 11 com colegas de trabalho das vítimas. As entrevistas trataram de 14 vítimas, portanto, houve mais de uma entrevista por vítima em alguns casos, conforme aponta a tabela a seguir.

4: Os dados coletados no Rio de Janeiro são mencionados apenas como referência contextual, para iluminar tendências já observadas em pesquisas anteriores, e não com o propósito de estabelecer uma comparação sistemática entre os dois estados.

Tabela 1: Perfil das vítimas de suicídio e a natureza da relação com o(a) entrevistado(a). Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Instituição vítima	ID vítima	Sexo da Vítima	Relação entre a vítima e o(a) entrevistado
Polícia Militar (PM)	PM_1	Masculino	Colega de trabalho
	PM_2	Masculino	Colega de trabalho
	PM_3	Masculino	Colega de trabalho
	PM_4	Feminino	Familiar
	PM_5	Masculino	Familiar
		Masculino	Familiar
		Masculino	Familiar
	PM_6	Masculino	Colega de trabalho
Polícia Civil (PC)	PC_1	Masculino	Familiar
		Masculino	Colega de trabalho
	PC_2	Masculino	Colega de trabalho
		Masculino	Colega de trabalho
		Masculino	Colega de trabalho
Corpo de Bombeiros Militar (CBM)	CBM_1	Masculino	Colega de trabalho
		Masculino	Familiar
		Masculino	Colega de trabalho
	CBM_2	Masculino	Colega de trabalho

Em autópsias psicossociais, para garantir a fidedignidade das informações recolhidas sobre os casos, é recomendado realizar mais de uma entrevista ou até mesmo aumentar o número de entrevistados para ampliar os pontos de vista sobre as mortes (Schwetziger Dixon, 2021). Infelizmente, essa estratégia não foi possível devido às dificuldades no acesso aos entrevistados. Houve, ainda, desistências e recusas à participação na pesquisa, sobretudo de familiares das vítimas. Foram mapeadas cinco recusas de familiares de policiais militares, uma de policial civil e uma de bombeiro militar. Também houve situações em que os entrevistados não compareceram; compreendendo a complexidade do tema, nesses casos foi convencionado não reagendar as entrevistas, exceto quando tal desejo foi verbalizado pelo entrevistado.

As autópsias psicossociais seguiram um roteiro semiestruturado, com variações com base no perfil do participante (familiar ou colega de trabalho). O roteiro abordava temas sobre a vida das vítimas, tais como: (i) trajetória pessoal e profissional; (ii) as condições de trabalho; (iii) as relações sociais internas e externas ao trabalho; (iv) a rotina de trabalho; e (v) as condições, circunstâncias e motivações das mortes; (vi) as percepções dos entrevistados sobre o episódio. Todos os relatos foram gravados somente em áudio e, posteriormente, transcritos mediante autorização dos participantes, expressa no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, apresentado antes do início da entrevista. Além disso, a partir de acordo prévio com a Sesp, foi disponibilizado a todos os entrevistados o encaminhamento à rede de assistência psicossocial das instituições, caso desejassem, após a entrevista, dar início ou prosseguir em acompanhamento psicológico. Para preservar o anonimato dos participantes, foram ocultadas informações que pudessem identificar os entrevistados ou as vítimas.

O artigo lança luz sobre os aspectos apontados pelos entrevistados que estão relacionados ao trabalho e ao ambiente institucional, o que não esgota os aspectos abordados nas entrevistas. Elementos relacionados a outras perspectivas, tais como os de ordem estritamente pessoal, podem ser mencionados de forma complementar.

Aspectos organizacionais e seus impactos no trabalho oficial

Os aspectos organizacionais mencionados nas entrevistas tratam de demandas, muitas delas históricas para a categoria policial no Brasil. Elas retratam situações marcadas pela não adoção de procedimentos justos, estabelecidos por meio de regras claras e de um tratamento polido nas relações internas. Isso vale tanto para a distribuição de recursos quanto para as punições ou recompensas. Em um dos casos analisados, a vítima era descrita por familiares e amigos como um policial muito comprometido com o trabalho e “profundo conhecedor” das burocracias internas, entre elas, do processo interno de promoção. Conforme narra um dos familiares:

[...] ele fazia um acompanhamento de quem estava na vez de ser promovido, aí, em casa, ele sempre ficava: ‘vamos ver onde é a sua colocação’, vai mostrando, ó, depois desse daqui, depois que esse aqui, lá para o mês tal de tal ano você vai ser promovido. Então, criávamos toda essa expectativa, ele não fazia nenhum bico extra, vivia com o salário dele e da esposa, sem nada extra (Familiar de policial militar).

Apesar da dedicação ao trabalho, outro familiar da mesma vítima conta que alguns policiais teriam sido promovidos antes dele, o que teria alimentado uma sensação de injustiça e afetado sua relação com o trabalho. Em outro caso, o policial militar, após ter sido promovido, teria sido “despromovido”. Conforme narra o familiar:

Familiar: Porque a polícia maltratou muito meu irmão. Meu irmão quando passou promovido a cabo foi uma dificuldade, quando foi promovido, aí para virar sargento, foi outra dificuldade, e coisas que outros passaram pela mesma coisa e não tinha problema. E ele não, teve que voltar. Aí, meu irmão foi a sargento, foi despromovido e voltou a soldado.

Entrevistadora: Como é que é isso?

Familiar: O que aconteceu? Quando ele veio para fazer a prova de cabo, ele tinha que fazer um teste físico; meu irmão era gordo, assim, então, teve dificuldade de fazer o teste físico. Ele, acho que na corrida, [ele] não foi aprovado. Vários outros colegas ficaram reprovados, todo mundo hoje já é sargento. É o mesmo caso dele e ‘túm’. E foi despromovido (Familiar de policial militar).

Ainda para esse familiar, a decepção com o processo de “despromoção” estaria diretamente relacionada ao desenvolvimento do quadro depressivo que a vítima começou a apresentar. Para além dos impactos financeiros na vida dessas famílias, as injustiças no processo de promoção representam também a ausência de oportunidades de ascensão na carreira, falta de reconhecimento profissional (por parte dos seus superiores) e contribuem para alimentar a sensação de desvalorização por parte da sociedade. Todos esses três aspectos já haviam sido apontados por Miranda (2016) como fatores de risco para o desenvolvimento do comportamento suicida. Ambas as situações narradas reforçam que, no contexto das organizações policiais, processos de promoção e recompensa assumem um peso simbólico e identitário significativo, articulando-se a outras dimensões ocupacionais.

Assim como as injustiças nas promoções, enfrentar processos de punição é também uma experiência relevante na vida dos profissionais de segurança pública. Com base em um questionário aplicado para policiais militares do estado de São Paulo, Cruz *et al.* (2023) demonstraram que, além de responder a um Procedimento Disciplinar Administrativo ser uma experiência frequente entre os policiais militares (58,4% da amostra), as experiências que os policiais tiveram nesse processo impactam as relações organizacionais;

ter sido tratado com respeito durante o processo foi considerado mais importante do que obter um desfecho favorável para as percepções sobre justiça na organização. Além disso, ser tratado com respeito impactou positivamente a relação com os superiores, ao passo que a percepção de tratamento desrespeitoso pode contribuir para alimentar um sentimento de “nós” *versus* “eles” em relação aos superiores.

No Espírito Santo, foi possível encontrar duas perspectivas distintas dos processos de punição. A primeira diz respeito aos processos punitivos considerados injustos. Entre eles estão não apenas as punições formais, mas também punições informais, como transferências de postos e de turnos de trabalho. O impacto dessa primeira forma de punição apareceu nas entrevistas realizadas com policiais militares que haviam pensado em se suicidar ou tentado suicídio no Rio de Janeiro, e também foi encontrado no Espírito Santo.

Ela chegou a responder um inquérito porque disseram que ela estava com, teve maus tratos com o cavalo na época, uma coisa assim. Mas eu acredito que ela foi até inocentada depois, mas era questão de cavalo que ela não poderia pegar, cada um tinha o seu e tal, ela pegou o que não era, coisas assim e acabaram; coisas da polícia, né? (Familiar de policial militar).

A segunda perspectiva está relacionada ao constante medo de ser expulso da instituição após um episódio de conduta inadequada. As vítimas que se encaixavam nessa segunda forma são descritas como “potencial problema” desde o início da carreira, devido às características da personalidade que já indicavam que aquele indivíduo não se encaixava no perfil esperado para aquela função. Embora essa leitura personalize a questão, os relatos também mostram que a própria instituição produz um ambiente de vigilância permanente, no qual a possibilidade de punição severa acompanha toda a trajetória profissional. No caso descrito a seguir, o entrevistado conheceu a vítima ainda no curso de formação e, desde aquele momento, identificou traços de comportamento do colega que eram incompatíveis com a visão do entrevistado ao cargo de policial militar.

Então, e onde ele foi passando depois na carreira, que eu fui acompanhando um pouquinho, as posturas dele sempre foram muito questionáveis, assim, em termos de falta de maturidade mesmo, de uma pessoa nova que recebeu uma grande responsabilidade e não, e não sentia ainda o peso que é ser policial, assim, dos erros (Colega de policial militar).

Para o entrevistado, o gatilho para o suicídio desse policial teria sido o envolvimento em uma confusão durante a folga, ocasião em que o policial disparou a arma inapropriadamente em um local público. Antes disso, o policial já tinha apresentado uma série de comportamentos inadequados que já tinham culminado em uma expulsão, depois revertida. O entrevistado conta que após a confusão:

[...] a gente não conseguiu contato com ele e a gente sabia que ele ia fazer besteira.

Entrevistadora: Por quê? Por que que você acha?

Colega: Pela gravidade, pelo histórico dele, né, e pela gravidade assim do fato, o que aconteceu com ele. Ele ia ficar preso muito tempo (Colega de policial militar).

Essa visão do “policial problema” tende a atribuir ao indivíduo a responsabilidade pelo seu comportamento e, por vezes, desconsidera o papel que o risco constante de punição opera nesse processo. Entretanto, pouco tempo depois, o mesmo entrevistado reflete

sobre como todos os policiais estão sujeitos a sofrer processos que podem culminar em se “tornar bandido”:

A gente entra na polícia. Na hora que você entra, inclusive eu, você nunca imagina que você pode ser preso, porque você tem uma vida idônea. E, a partir do momento que você entra na polícia, esse medo passa a te perseguir. Esse é um ‘tormentador’ muito grande dentro da polícia. Então, **eu não tenho medo de bandido, eu tenho medo da polícia.** Então, isso é um tormento, sair da posição de certo, de polícia, para posição de bandido, [...] isso é uma vergonha muito grande. Então, já acompanhei alguns amigos, inclusive um agora, só porque passou por uma ocorrência muito complicada, e aí já jogaram na mídia que eles estavam errados e o peso da sociedade vem em torno. Ele ligou na hora para ir lá buscar a arma dele, que ele estava querendo se matar. Então, assim, o peso do julgamento para quem é certo de ser julgado errado é um peso muito grande (Colega de policial militar, grifo dos autores).

A possibilidade de punição é um tema que ronda toda a vida policial, desde as escolas de formação. O medo da punição severa, da exposição pública e da perda do “lugar de polícia” constituem um elemento estrutural da cultura organizacional das corporações, moldando a experiência cotidiana de muitos profissionais (Magalhães, 2015). É amplamente transmitido ao longo da carreira policial — não apenas nas polícias militares —, o quanto ser punido pode implicar perda financeira e/ou de liberdade, mas, sobretudo, a possibilidade de estar do “lado certo”. O trecho anterior representa essa preocupação e aponta para a vergonha que esses agentes experimentariam ao se verem em situações em que sua conduta é questionada ou até equiparada à de um bandido. Como indicam os estudos sobre cultura policial, esse medo permanente de punição e de perda do estatuto moral de polícia, não diz respeito apenas a trajetórias individuais, mas constitui um elemento do ambiente institucional, moldando expectativas, atitudes e formas de lidar com conflitos internos (Magalhães, 2015).

Em outro caso analisado, a justificativa para o suicídio possui traços semelhantes, no entanto, a vítima era um oficial. Para o entrevistado, ao se dar conta que seria excluído da Polícia, devido às práticas de condutas ilícitas, a vítima tirou a própria vida:

Então assim, o cerco para ele estava apertando demais. [...] ele já estava já ciente que o dia que ele ficasse apto na junta médica de saúde, no outro dia ele ia ser demitido da Polícia Militar. Aí, ele ia acabar de vez com a vida dele e com a da família também. Assim como, né, como uma repercussão. Então, eu acredito que o suicídio dele foi tipo, ‘já que eu fiz algo tão ruim para mim, ah, se na vida inteira e eu não corriji isso e chegou ao ponto que chegou, **pelo menos a minha família eu vou tentar não deixar desamparada, pelo menos eles vão ficar com a minha aposentadoria, com a minha pensão**’ [...] então, eu acredito que o suicídio dele tenha mais se voltado para esse aspecto, porque isso é muito comum na polícia (Colega de policial militar, grifo dos autores).

O entrevistado afirma em seguida que, por ter trabalhado no presídio da Polícia Militar, ele já tinha visto ideia semelhante ser disseminada entre os policiais presos. De acordo com ele:

Eu te falo porque eu trabalhei na Guarda do Presídio Militar, e os presos, às vezes, eu acho muito absurdo, eu via pessoas que chegavam lá, que a pessoa não tinha certeza se ia ser expulsa da polícia ou não, e ali lutando

com advogado e tudo, chegava o outro preso, uma outra cela e falava, ‘eu tenho a solução pra você, se mate porque você vai ser expulso, se você se matar a sua família vai ficar amparada’. Então, é assim, a pessoa pediu ao outro para ele se matar para resolver o problema da família, porque o dele já não tinha como mais. Isso eu vi, não foi uma ou duas vezes não, eu trabalhei lá durante dois anos, e eu vi umas dez vezes isso acontecer (Colega de policial militar).

Relatos dessa natureza mostram como determinadas interpretações sobre punição e exclusão circulam no interior das corporações, moldando expectativas e formas de lidar com situações de crise. A punição foi um tema muito recorrente entre os policiais militares capixabas, sobretudo após a greve de 2017, tema que será debatido na próxima seção do artigo. Entretanto, relatos semelhantes também apareceram entre policiais civis. No caso descrito a seguir, o entrevistado narra outra estratégia para lidar com o “policial problema”: a transferência constante de local de trabalho.

[...] a gente soube de algumas transferências dele por questões de adaptação mesmo ao local de trabalho dele, até que passando bastante tempo, ele foi encaminhado para trabalhar na [nome do setor]. Ele foi encaminhado para trabalhar lá e isso porque, no mínimo, as pessoas já estavam meio que estressadas com ele, porque ele tinha um comportamento que às vezes as pessoas não entendiam (Colega de policial civil).

É importante destacar que, no contexto da pesquisa realizada com policiais militares no Rio de Janeiro, a transferência de unidades sem a concordância ou o aviso prévio ao policial foi um dos problemas mais citados por policiais que tentaram suicídio (Miranda, 2016).

Outros dois fatores organizacionais apareceram nas entrevistas. O primeiro aborda as demandas por melhorias salariais. Para os entrevistados, os baixos salários fazem com que alguns policiais, já desde o início da carreira, enfrentem dificuldades financeiras:

Eu conheci o [nome da vítima] no curso de formação [...]. E lá mesmo, ele já começou um problema — que começa inicialmente na polícia — que é uma desestrutura financeira. As pessoas vão para lá com um salário e chega lá, ou com algum tipo de vida, e chega para lá mudar, passa a ter que morar em algum lugar e o custo de vida lá, então, todo mundo saía de lá geralmente endividado, com trinta mil reais de dívida. Então, ele foi assim, já começou nisso novo e já adquirindo dívida (Colega de policial militar).

Um dos reflexos das dificuldades financeiras é a busca por outras atividades para complementar a renda, sendo a principal delas a segurança privada. Os policiais que optam por um segundo emprego acabam tendo menos tempo para descanso e lazer com amigos ou familiares, e por vezes, ficam mais expostos a sofrer diferentes formas de vitimização, entre elas o homicídio (Fernandes, 2016).

Encontramos também nas narrativas descontentamentos com alterações na escala ou no local de trabalho e reclamações relacionadas ao excesso de trabalho. Em um dos casos narrados, o policial estava de férias e ficou muito nervoso ao receber uma ligação de trabalho:

[...] alguns dias antes até dele falecer, eu lembro que ele tinha acabado de receber uma ligação, ele estava de férias, tinha acabado de receber uma ligação e ele falou, xingou, né, xingava pra caramba, xingou e falou assim

‘essa desgraça não me deixa em paz. Dois dias de férias e eu já recebi vinte ligações’. Então, assim, era uma coisa que irritava ele, não ter um momento que a polícia ia deixar ele em paz. Porque ele é muito proativo, então tudo ele resolvia, ficava tudo assim por conta dele resolver (Familiar de policial militar).

Finalmente, destacamos um caso em que a morte ocorreu no dia em que o bombeiro soube que a função que ele desempenhava havia anos deixaria de existir. Apesar de não estar mais de serviço no momento do ato, a vítima morreu vestindo sua farda. O relato de um colega conta que:

Ele era muito apaixonado com aquela função que ele fazia, só que aquilo foi a última semana que existiu aquela função, aquela função ela foi desfeita por motivos de necessidade lá. E, assim, talvez fosse a única coisa que ele tinha de apoio que era ensinar os meninos e tudo, aquilo foi tirado dele, assim, de uma semana para outra. Na segunda-feira ele não estaria mais naquela função, na sexta-feira ele se jogou na ponte (Colega de bombeiro militar).

Nesta seção, exploramos alguns dos fatores organizacionais que encontramos nas entrevistas, reforçando nossa hipótese de que o suicídio é um fenômeno multifatorial e com participação de elementos relacionados aos aspectos organizacionais (Miranda, 2016). Não pretendemos atribuir a causalidade das mortes apenas a essa esfera, mas sim lançar luz aos temas direta ou indiretamente relacionados aos aspectos organizacionais que apareceram nas narrativas de colegas e familiares das vítimas.

A greve da Polícia Militar do Espírito Santo

Entre os dias 3 e 27 de fevereiro de 2017, o Estado do Espírito Santo vivenciou uma “greve” de policiais militares. Para contornar a proibição constitucional de greve da categoria, as esposas dos policiais fizeram bloqueios em frente aos batalhões da região metropolitana do estado, impedindo a saída de policiais e viaturas. Entre as demandas dos policiais estavam: reajuste salarial, mudança na lei das promoções, pagamento de adicionais salariais, melhores equipamentos, além de pleitos simbólicos, como a valorização e o reconhecimento dos serviços prestados (Rocha, 2019). Durante a greve, uma sensação de pavor tomou conta do Estado, e houve ao menos 142 homicídios, além da ocorrência de outros crimes.

Com o decorrer da greve, o governo endureceu as medidas punitivas previstas pela Constituição Federal, e os policiais militares passaram a conviver com denúncias de deserção, abandono de posto, desobediência e detenções, que levaram a inquéritos e exclusões em prol do bem da disciplina (Ferro, 2018). Apenas em 2019 foi concedida a anistia aos policiais militares investigados, processados ou punidos por participarem, ou por suas famílias terem participado, dos movimentos reivindicatórios⁵. Entretanto, mesmo após a anistia, os entrevistados apontaram como diversos efeitos da greve, entre eles, a permanência de tensões organizacionais, percepções de injustiça e insegurança institucional, continuam a influenciar a experiência profissional mesmo após o encerramento formal da crise.

Ainda por ocasião da “greve”, já existia uma preocupação de alguns profissionais de saúde da corporação sobre os impactos do episódio na saúde mental dos policiais militares, e, de fato, 2017 registrou um aumento nos casos de suicídio na Polícia Militar do Espírito Santo. Os profissionais de saúde da Corporação também apontaram um cresci-

5: De acordo com a matéria “Lei da Anistia a policiais que participaram de greve no ES é sancionada por governador”. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/01/16/assembleia-legislativa-aprova-anistia-a-policiais-que-participaram-de-greve-no-es.ghtml>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2026.

mento significativo das ideias suicidas a partir daquele ano. Não obstante não termos incluído perguntas no roteiro de entrevistas sobre o assunto, o tema da greve surgiu nas narrativas dos familiares e colegas entrevistados, portanto, ele só foi discutido quando mencionado espontaneamente pelos próprios entrevistados. Essa aparição espontânea reforça o caráter qualitativo e indutivo do estudo. A greve é tratada como parte do contexto institucional que molda percepções e relações de trabalho.

Os impactos da greve foram vivenciados no decorrer e após o término dela, principalmente para os policiais que estavam lotados em batalhões que tiveram bloqueios. No decorrer da greve, muitos entrevistados relataram tensões entre seguir os pares e aderir à paralisação ou aderir às ordens dos comandantes. Outra fonte de sofrimento foi estar preso nas unidades policiais, longe do convívio com seus familiares. Um dos entrevistados, que ficou preso em uma das unidades, narrou como o processo impactou a saúde mental dos policiais:

Eram ameaças que a gente sofria, punições, se os policiais permanecessem ali, que poderia ser preso, responder crime, responder por isso ou aquilo outro. E por outro lado a gente não podia ceder. Porque os outros batalhões também estavam nessa mesma situação, mas era assim, era uma pressão psicológica nesse sentido (Colega de policial militar).

Esse relato ilustra como, em momentos de crise institucional, a percepção de ameaça e a intensificação das disciplinas formal e informal afetam diretamente o clima organizacional. Em alguns dos casos analisados, a greve foi mencionada pelos entrevistados como o “motivo” para o suicídio, conforme o caso descrito a seguir, que ocorreu durante a greve:

Então, pelo que eu acho foi basicamente isso. Que eu acredito que tenha sido a greve, que ela não aguentou a pressão e tal, de tudo, que ela tem de ser mandada embora, até porque ela gostava do que ela estava fazendo, né, eu encaro que foi isso... (Familiar de policial militar).

Outras consequências foram vivenciadas após o término da greve. Muitos policiais foram transferidos de seus locais de trabalho, processados ou expulsos da Corporação. Um dos impactos, causados especialmente pelas transferências foi a reconfiguração das relações entre os pares. Nas narrativas, a ruptura de vínculos cotidianos, a dispersão das equipes e a perda de redes de apoio internas aparecem como elementos centrais para compreender o impacto emocional que se seguiu à greve, articulando-se ao que a literatura aponta sobre a importância dos laços horizontais como mecanismos de proteção em instituições altamente hierarquizadas (Magalhães, 2015; Miranda, 2016).

E, assim, as coisas mudaram pouco naquele ano. [...] a nossa equipe era muito unida, fazíamos churrasco todo mundo, e após a greve teve uma mudança geral, cada um foi para um batalhão, transferido para um batalhão, acabou afastando um pouco o grupo, a relação pessoal também ficou um pouco afastada, porque a gente tinha contato quase que diário, então aí ficou um pouco diferente. Ficou um pouco diferente, foi algum tempo depois, ele tentou, teve uma primeira tentativa de suicídio. [...] Não sei, o único caminho que eu vejo eu acho que esse; todos nós éramos muito próximos, não só ele, a nossa equipe trabalhava junto, como eu disse a gente saímos muito. E essa greve, como separou todo mundo, acho que ele sentiu muito. É, não sei se ele tinha outras amizades, então acho que ele sentiu muito esse afastamento de todos. Assim, é o caminho que eu vejo, não sei, não vejo outro motivo (Colega de policial militar).

Outro aspecto importante foi o processo de reorganização institucional marcado por maior controle, intensificação da burocracia e redução da autonomia operacional, uma combinação frequentemente associada a experiências de desgaste ocupacional em organizações policiais.

Familiar: E depois que acabou a paralisação, a Polícia Militar ela ficou, assim, todo mundo ficou doente eu diria, até hoje tem muita gente doente. É, doente no sentido, assim, psicológico. Parece que o serviço ficou mais pesado. Se antes o militar ele tinha alguma autonomia de decidir ali o policiamento da área dele, depois de 2017, ele não tinha mais, ele tinha que seguir um cronograma. **A rigidez, a fiscalização, o número de procedimentos⁶ aumentaram demais depois de 2017.** Eu falo isso porque assim, de lá para cá [...], eu recebi muito procedimento para fazer. E vi muita gente se afastando, assim, por não dar conta de fazer tanto procedimento.

Entrevistadora: E aí no caso do [vítima], como que você imagina que isso pode ter afetado ele?

Familiar: Pode ter afetado ali aquele pavor, né, que foi a paralisação. O próprio pavor ali foi, já foi um trauma e as consequências depois. Que a gente foi perdendo muita autonomia. Depois aquilo ali. No caso dele e com o comandante que ele tinha, foi essa sobrecarga, né? É, eu diria que é a sobrecarga mesmo (Familiar de policial militar, grifo dos autores).

Em resumo, a greve intensificou alguns dos aspectos organizacionais que apresentamos na seção anterior: transferências como forma de punição, receio constante de punição e ausência de espaço de voz. Em 2022, na ocasião das entrevistas, cinco anos após a greve, os policiais militares capixabas ainda encontravam reflexos daquele episódio no trabalho. A sensação compartilhada por diversos entrevistados foi a de que a resposta institucional à greve agravou várias das insatisfações profissionais que motivaram o movimento. Esses relatos reforçam que, no material empírico analisado, a greve funciona como um ponto de inflexão, que reorganiza pressões, expectativas e relações internas, ampliando dimensões organizacionais já existentes, e contribuindo para o entendimento da dinâmica institucional do período.

Aspectos operacionais: trauma e exposição à morte

As profissões de policial e bombeiro são marcadas por expectativas de bravura e intrepidez, que estruturam a missão de combate ao crime ou de salvamento. Esses valores se articulam a um conjunto de práticas de masculinidade que moldam padrões de coragem, autocontrole emocional e disposição para o enfrentamento ao risco (Connell e Messerschmidt, 2013). Esses profissionais lidam rotineiramente com situações de risco e morte, o que impacta suas vidas. Minayo e Adorno (2013) afirmam que risco e insegurança são categorias inerentes à profissão policial, e a exposição à violência pode ter efeitos duradouros na saúde mental. A experiência de perder um colega de trabalho ou presenciar a morte de alguém por homicídio ou acidente, mesmo que não seja um conhecido, faz com que esses profissionais vivenciem o limite da vida e sejam impactados por isso de alguma forma (Coelho e Lima, 2017).

No curso de suas carreiras, esses profissionais entram em contato com circunstâncias voláteis e podem testemunhar eventos perturbadores com alguma frequência, inclusive visitando as cenas de afogamentos, homicídios, suicídios, incêndios e acidentes de

6: Procedimentos Administrativos Disciplinares.

trânsito. Não surpreendentemente, os socorristas experimentam efeitos fisiológicos e psicológicos negativos que podem ter impacto duradouro em suas vidas (Gershon, 2009).

A literatura indica que fatores ambientais, como experiências traumáticas, estão associados a um risco elevado de suicídio (Krysinska e Lester, 2010). Segundo Velazquez e Hernandez (2019), policiais que frequentemente encontram ou testemunham atos violentos correm maior risco de desenvolver um transtorno de saúde mental relacionado a traumas em comparação com a população em geral. Estudiosos postulam que a ideação suicida é uma resposta à exposição repetida a eventos traumáticos (Pienaar *et al.*, 2007). Violanti *et al.* (1996) ressaltam que, ao experienciarem uma variedade de acontecimentos traumáticos, os policiais tornam-se mais vulneráveis ao suicídio. Além disso, o suicídio geralmente aparece associado à depressão, que é comumente encontrada em uma taxa maior em indivíduos que passaram por situações perturbadoras (Hackett e Violanti, 2003).

O relato de familiares de um policial que morreu por suicídio em casa dialoga com essas questões apresentadas pela literatura (Violanti *et al.*, 1996). Esse policial trabalhava em um território violento da capital, compartilhava imagens de vítimas de homicídios com familiares, sem falar diretamente sobre o efeito emocional que essas situações causavam. O compartilhamento dessas imagens revelava a forma como o policial lidava com o trauma de sua rotina ocupacional. Esses episódios traumáticos e a constante exposição à violência podem aumentar a vulnerabilidade ao suicídio. Além disso, o medo de represálias, tanto contra si quanto contra familiares, também influencia a saúde mental dos policiais. O policial mencionado temia pela segurança de seus entes queridos após ter matado criminosos em favelas, o que afetava sua rotina e relações familiares.

[...] registrava ocorrência pesada, porque ele encarava aquelas ocorrências pesadas, pessoas cortadas com facão, com faca, tiro e ele tirava as fotos assim, e às vezes compartilhava num grupo da família. Aquilo ali eu achava pesado, ele sofria aquele impacto de tudo aquilo ali que ele vivia (Familiar de policial militar).

A exposição ao trauma não opera isoladamente, mas em interação com condições de trabalho, expectativas institucionais, hierarquia e formas de socialização profissional. No material coletado, o trauma aparece como um elemento que compõe um quadro multifatorial, e não como causa única ou determinante dos eventos. Nessa perspectiva, as exposições a situações de risco de vitimização direta e indireta (letal e não letal) são percebidas pelos entrevistados como dimensões que ampliam a percepção de vulnerabilidade a pensamentos e tentativas suicidas, bem como à morte por suicídio. A percepção de risco impacta diretamente o bem-estar emocional desses profissionais, influenciando suas decisões dentro e fora do trabalho. Além disso, o medo de repercussões institucionais, como perder promoções, faz com que muitos evitem compartilhar seus medos e angústias, agravando o risco de suicídio.

A exposição ao combate, que envolve tanto o medo de enfrentar a própria morte quanto o de tirar a vida de outros, é discutida na literatura como um elemento que pode contribuir para aumentar o risco de suicídio, conforme a teoria interpessoal do suicídio (Van Orden, 2010).

O comportamento suicida pode se desenvolver em resposta à exposição repetida a experiências fisicamente dolorosas e/ou geradoras de medo. No caso dos profissionais de segurança pública e defesa social, a maioria provavelmente já enfrentou ao menos um evento traumático ao longo de sua carreira. Aqueles que vivenciam situações dolorosas durante o serviço tendem a estar mais suscetíveis a desenvolverem sintomas de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Um estudo da Polícia Montada Real Canadense

revelou que 15% dos policiais que cometeram suicídio haviam sido expostos a um incidente traumático no trabalho (Loo, 1986).

O trauma psicológico está intimamente associado à exposição à violência, sobretudo à morte. Muitos policiais envolvidos em tiroteios sofrem sérias sequelas como resultado desses incidentes críticos. Semelhantes aos veteranos de guerra, os oficiais envolvidos em tais incidentes experimentam sintomas pós-traumáticos, como pesadelos, *flashbacks* e medo de retornar ao serviço. O suicídio pode ser a resposta final a essa dor, às vezes insuportável.

Chopko *et al.* (2018) descobriram que eventos de ameaça estão intimamente relacionados ao estresse pós-traumático em comparação com eventos que envolvem danos a terceiros. Em outras palavras, se um policial vivencia diretamente um evento traumático, é mais provável que ele experimente uma mudança emocional. Em nosso estudo, verificamos que algumas vítimas de suicídio apresentaram manifestações de medo, seja o medo de represálias de grupos criminosos, seja o receio de que algum familiar tenha sido morto. Esses medos estão relacionados às suas atividades profissionais e à sua forma de atuação no dia a dia no trabalho. Ou seja, os policiais que tinham comportamentos mais violentos demonstravam mais estresse em sua rotina de trabalho, pessoal e familiar.

Os familiares de uma das vítimas de suicídio comentaram sobre o medo que o policial tinha de uma vingança contra seus familiares como resposta ao fato de ele ter “matado muitas pessoas” em uma favela próxima à sua residência. Esse receio afetava, inclusive, o cotidiano de outros membros da família e de quem fosse visitar sua casa. Ou seja, em paralelo a todos os desafios emocionais de ansiedade e dor por presenciar eventos traumáticos, o policial convivia com o medo de perder seus familiares por conta de sua profissão e, também, devido à forma truculenta como ele atuava em áreas de risco. Os relatos a seguir ilustram como alguns medos se inserem no cotidiano das relações, compondo um ambiente de permanente alerta que extrapola o espaço de trabalho.

É, eu lembro que quando eu era criança até os meus primos tiveram que ter muito cuidado para ir para escola, porque ele tinha matado algum traficante de um bairro violento e esse bairro é perto do nosso bairro [...]. E aí, foi meio que isso assim, ele matou bastante pessoas, né, no serviço dele, e nesse caso aí dele ter matado o traficante [de uma localidade violenta] eu lembro que alguém procurou o meu primo na escola perguntando dele, só que o meu primo, assim, foi esperto e falou assim ‘não sei nem quem é’, então não aconteceu nada, mas poderia ter acontecido (Familiar de policial militar).

Então, nisso ele às vezes atender alguém, a campainha tocava, ele já vinha com a arma na mão. Porque às vezes atende ocorrências, depois fica com receio de ameaças, e aí já imagina o pior. Então, já saía assim já armado para poder saber quem é que estava tocando a campainha (Familiar de policial militar).

Os policiais também convivem com o receio de sua própria morte. Pesquisas mostram que bombeiros e policiais apresentam maior medo da morte em comparação com outras profissões (Hunt *et al.*, 1983). Esse medo é intensificado pela crença de que são alvos em potencial de violência, o que aumenta a ansiedade e pode desencadear pensamentos suicidas. A teoria interpessoal do suicídio sugere que a combinação de pertencimento frustrado e alta capacidade adquirida para suicídio eleva o risco de morte autoinfligida entre policiais.

Para mim, o medo de morrer, me fez alguns momentos raros, pensar em desistir, porque é como se fosse a sensação da morte, aquela sensação, faz em algum momento você (Colega de policial militar).

Em resumo, a exposição diária à morte e ao trauma pode ter efeitos devastadores na vida dos profissionais de segurança pública. Esses fatores contribuem para o aumento da vulnerabilidade ao suicídio, exacerbados por uma cultura institucional que, muitas vezes, inibe o tratamento de problemas de saúde mental.

Considerações finais

Ao analisar os aspectos organizacionais e operacionais presentes nas entrevistas, não tínhamos o interesse de atribuir a causalidade das mortes apenas a essas dimensões. Conforme salientamos anteriormente, o suicídio é um fenômeno complexo e multifatorial. Nosso objetivo foi lançar luz, direta ou indiretamente, sobre os temas relacionados ao trabalho policial que apareceram nas narrativas de colegas e familiares, ou seja, buscamos compreender como colegas e familiares das vítimas interpretam os acontecimentos e atribuem sentidos às experiências vividas.

Os resultados encontrados corroboram os estudos citados no decorrer do trabalho, que indicam a importância dos aspectos operacionais e organizacionais para a compreensão do suicídio policial. Isso é importante por afastar explicações simplistas e/ou centradas nos indivíduos para essas mortes, que muitas vezes ainda são vigentes nas instituições para explicar o suicídio de seus agentes.

A partir das narrativas dos entrevistados, demonstramos como tanto as questões relacionadas à vitimização ou ao receio da vitimização quanto as experiências vividas institucionalmente foram consideradas importantes para retratar a vida das vítimas e explicar as motivações da morte. O artigo também inova ao demonstrar a relação da greve dos policiais militares com a saúde mental dos agentes e os seus impactos, que ainda são sentidos cinco anos após o episódio.

No nível organizacional, nosso estudo destaca a importância da adoção de procedimentos justos, estabelecidos por meio de regras claras e de tratamento polido nas relações internas (Van Craen, 2016). Isso vale tanto para a distribuição de recursos quanto para as punições ou recompensas. Nesse sentido, as injustiças no processo de promoção foram fatores citados com alguma frequência nas entrevistas. Essa situação sugere o quanto a falta de reconhecimento profissional afeta a saúde mental desses profissionais. A greve de 2017 e seus impactos imediatos e posteriores na vida dos agentes representaram uma radicalização de aspectos que já eram apontados como elementos relacionados à insatisfação profissional, com foco na possibilidade constante de punição e a carência de espaços de escuta neutros. Esse resultado nos faz refletir acerca dos limites das estruturas das instituições policiais no Brasil para atender não apenas às demandas da sociedade, mas também às dos próprios policiais.

Igualmente importantes são os aspectos operacionais: os relatos seguem na direção da hipótese de que a alta exposição a situações de risco de vitimização direta e indireta — letal e não letal — aumenta a vulnerabilidade dos profissionais a declarar pensamentos suicidas e tentativas de suicídio, bem como a Colegas de policiais enfatizaram que os sentimentos que ficam após a exposição a um trauma gerado por presenciar uma morte violenta influenciam as tomadas de decisão dentro e fora do trabalho, sendo interpretados como elementos que contribuem para o sofrimento observado, inclusive no suicídio. É preciso destacar que ainda são tímidas as iniciativas das instituições policiais brasileiras comprometidas em amenizar os impactos das experiências traumáticas vivenciadas em razão do trabalho.

Finalmente, é preciso mencionar a possibilidade de que as entrevistas realizadas sejam insuficientes para retratar a vida pregressa das vítimas. Este trabalho parte da perspec-

tiva dos entrevistados, mas não sabemos o quanto do cotidiano da vida das vítimas era efetivamente compartilhado com eles. Cabe destacar que o isolamento é uma característica apontada em outras pesquisas sobre o trabalho policial (Miranda, 2016; Violanti *et al.*, 1996). Ao mesmo tempo, ao mobilizar a história psicossocial das vítimas analisadas, com especial atenção às experiências relacionadas ao trabalho, essa análise permite evidenciar e detalhar circunstâncias que a análise epidemiológica, por si só, não é capaz de apreender.

Referências

- BAYLEY, D. **Padrões de Policiamento**. 2. ed. ed. São Paulo: Edusp, 2017.
- CHOPKO, B. A. *et al.* Relationships among traumatic experiences, PTSD, and posttraumatic growth for police officers: A path analysis. *Psychol Trauma*, v. 10, n. 2, p. 183–189, 2018. DOI: 10.1037/tra0000261.
- COELHO, J. F., Filho; LIMA, D. M. DE A. Luto parental e construção identitária: compreendendo o processo após a perda do filho. *Psicologia Argumento*, v. 35, n. 88, 2017. DOI: 10.7213/psicolargum.35.88.AO02.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 01, p. 241–282, 2013.
- CONSTANTINO, P. *et al.* **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- CRUZ, F. N. *et al.* Luto por suicídio e posvenção na Polícia Militar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 16, n. 3, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n3.1413.
- CRUZ, F. N. *et al.* The impact of administrative disciplinary proceedings on military police officers in São Paulo. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, v. 17, p. paad046, 2023. DOI: 10.1093/police/paad046.
- DIEKSTRA, R. F.; GULBINAT, W. The epidemiology of suicidal behaviour: a review of three continents. *World Health Stat Q*, v. 46, p. 52–68, 1993.
- DURKHEIM, E. **O suicídio: Estudo de Sociologia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.
- FERNANDES, A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 10, n. 2, p. 192–219, 2016.
- FERRO, P. L. **Polícia Militar do Espírito Santo: uma abordagem histórica, social e psicológica, sobre a formação e a violência**. 2018. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 17. ed. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
- _____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 19. ed. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.
- GERSHON, R. R. M. Mental, physical, and behavioral outcomes associated with perceived work stress in police officers. *Criminal Justice and Behavior*, v. 36, n. 3, p. 275–289, 2009. DOI: 10.1177/0093854808330015.
- GOLDSMITH, S. **Reducing Suicide: A National Imperative**. Washington, DC: National Academic Press, 2002.
- HACKETT, D. P.; VIOLANTI, J. **Police suicide: Tactics for prevention**. Springfield: Charles C Thomas Publisher, 2003.
- HUNT, R. G. *et al.* Police roles: Content and conflict. *Journal of Police Science and Administration*, v. 11, n. 2, p. 175–184, 1983.

- KRYSINSKA, K.; LESTER, D. Post-traumatic stress disorder and suicide risk: a systematic review. *Arch Suicide Res*, v. 4, p. 1–23, 2010. DOI: 10.1080/13811110903478997.
- LOO, R. Suicide Among Police in a Federal Force. *Suicide and Life – Threatening Behavior*, v. 16, p. 379–388, 1986.
- MAGALHÃES, J. C. D. **Entre amarras e possíveis: atividade de trabalho e modos de viver dos policiais militares capixabas em análise**. 2015. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- MINAYO, M. C. S. A autoviolência, objeto da sociologia e problema de saúde pública. *Caderno de Saúde Pública*, v. 14, p. 421–428, 1998. DOI: 10.1590/S0102-311X1998000200019.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Tabnet*. 2024. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>>.
- MIRANDA, D. *et al.* O comportamento suicida entre profissionais de Segurança Pública e prevenção no Brasil. *Pensando a Segurança Pública*, v. 6, p. 51, 2016.
- MIRANDA, D. **Porque os policiais se matam? condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- MUNIZ, J. *et al.* Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 84, p. 148–187, 2018. DOI: 10.17666/bib8405/2018.
- PIENAAR, J. *et al.* Occupational Stress, Personality Traits, Coping Strategies, and Suicide Ideation in the South African Police Service. *Criminal Justice and Behavior*, v. 34, n. 2, p. 246–258, 2007. DOI: 10.1177/0093854806288708.
- QUEIROZ, J. B. Um olhar sociológico sobre o suicídio no Brasil. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 18, n. 3, p. 541–568, 2021. DOI: 10.18764/2236-9473.v18n3p541-568.
- ROCHA, G. D. **Quando as armas do Leviatã se voltam contra si: a greve da Polícia Militar do Espírito Santo de fevereiro de 2017**. 2019. Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- SCHWETIZER DIXON, S. Law enforcement suicide: The depth of the problem and best practices for suicide prevention strategies. *Aggression and Violent Behavior*, v. 61, p. 1–12, 2021. DOI: 10.1016/j.avb.2021.101649.
- SHANE, J. M. Organizational stressors and police performance. *Journal of Criminal Justice*, v. 38, n. 4, p. 807–818, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2010.05.008>.
- TEIXEIRA, S. M. O. O Método de Autópsia Psicossocial como Recurso de Investigação acerca do Suicídio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 34, 2018. DOI: 10.1590/0102.3772e34434.
- VAN CRAEN, M. Understanding police officers' trust and trustworthy behavior: A work relations framework. *European Journal of Criminology*, v. 13, n. 2, p. 274–294, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/147737081561718>.
- VAN ORDEN, K. A. The interpersonal theory of suicide. *Psychol Rev*, v. 117, n. 2, p. 575–600, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1037/a0018697>.
- VIOLANTI, J. *et al.* Suicides, homicides, and accidental death: a comparative risk assessment of police officers and municipal workers. *American journal of industrial medicine*, v. 30, n. 1, p. 99–104, 1996.

VIOLANTI, J. Suicide and the police role: a psychosocial model. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, v. 4, p. 698–715, 1997.

WHO. *Preventing suicide: A global imperative*. Luxembourg: World Health Organization, 2014.

WRAY, M. *et al.* The Sociology of Suicide. *Annual Review of Sociology*, v. 37, p. 505–528, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-081309-150058>.

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa não estão disponíveis.

Contribuição dos autores

A S&E adota a taxonomia Contributor Roles Taxonomy (CRediT) para descrever as contribuições dos autores.

Fernanda Novaes Cruz: Conceitualização; Investigação; Redação - revisão e edição.

Dayse Assunção Miranda: Conceitualização; Investigação; Redação - revisão e edição.

Doriam Luís Borges de Melo: Conceitualização; Investigação; Redação - revisão e edição.

Pedro Luiz Ferro: Conceitualização; Investigação; Redação - revisão e edição.

Financiamento

Esta pesquisa foi financiada pelo Programa de Trabalho nº 10.45.101.06.181.0561.2097 – Atuação integrada das unidades da Segurança Pública e Defesa Social, Fonte 0359, Natureza da Despesa nº 3.3.90.39, do orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, referente ao exercício de 2022.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.